



Universidade de Brasília  
Curso Gestão de Políticas Públicas

CAMILA SILVA CATELAN

**A EXPERIÊNCIA DA INICIATIVA BRASILEIRA WWP E OS  
APORTES DO MINISTÉRIO DO DESENVOLVIMENTO  
SOCIAL: LIÇÕES DE GESTÃO PÚBLICA**

Brasília – DF

2015

Camila Silva Catelan

**A EXPERIÊNCIA DA INICIATIVA BRASILEIRA WWP E  
OS APORTES DO MINISTÉRIO DO DESENVOLVIMENTO  
SOCIAL: LIÇÕES DE GESTÃO PÚBLICA**

Monografia apresentada ao Curso de  
Gestão de Políticas Públicas como  
requisito parcial à obtenção do título de  
Bacharel em Gestão de Políticas  
Públicas.

Professor Orientador: Rodrigo Pires de Campos

Brasília – DF

2015

Catelan, Camila Silva.

A Experiência da Iniciativa Brasileira WWP e os aportes do Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à fome: Lições de Gestão Pública / Camila Silva Catelan. – Brasília, 2015.

fls.50.

Monografia (bacharelado) – Universidade de Brasília, Departamento de Administração, 2015.

Orientador: Prof<sup>o</sup>. Rodrigo Pires de Campos, Instituto de Relações Internacionais.

1. WWP. 2. MDS. 3. Desenvolvimento social. 4. Banco Mundial. 5. Política Pública.

CAMILA SILVA CATELAN

A EXPERIÊNCIA DA INICIATIVA BRASILEIRA WWP E  
OS APORTES DO MINISTÉRIO DO  
DESENVOLVIMENTO E COMBATE À FOME: LIÇÕES  
DE GESTÃO PÚBLICA

A Comissão Examinadora, abaixo identificada, aprova o Trabalho  
de Conclusão do Curso de Administração da Universidade de  
Brasília da aluna

Camila Silva Catelan

Prof<sup>o</sup>. Dr. Rodrigo Pires Campos  
Professor-Orientador

Prof<sup>a</sup>. Dra. Magda de Lima Lucio  
Professora-Examinadora

Brasília,

07 de julho de 2015

## AGRADECIMENTOS

*Em primeiro lugar, agradeço a **Deus**. A Ele que sempre esteve ao meu lado e sempre me ouviu nos meus momentos mais difíceis, me estendendo a mão e me fazendo acreditar que há um sentido muito maior nessa vida.*

*Aos meus pais que sempre me amaram da forma mais pura e encorajadora. Aos meus pais me refiro primeiramente à minha (santa) mãe **Elenilva**, mulher de garra e de força, que me inspira, me cobra e me dá o apoio necessário para eu correr atrás dos meus sonhos. Sem ela eu não seria. Meu querido pai biológico, **Carlos** agradeço pelas conversas ao telefone e pelos conselhos, verdadeiro amor à distância. E também aos meus dois pais de coração. Meu padrinho **Gerley** que me “adotou” enquanto criança e sempre me deu muito carinho e amor, me fazendo sentir uma pessoa mais especial e querida. Meu outro pai, Cleomar, que com seu jeito calado de ser me motivou a buscar o que eu considero ser o bem mais precioso que carregamos: o conhecimento. Obrigada, sem você não sei se teria conseguido entrar na UnB e realizar esse grande sonho.*

*À minha grande **família** Pinheiro. Aos meus avós, dona **Edite** e **Zé Pinheiro** por terem me dado (muitos) tios e primos, pessoas únicas que me ensinaram o valor da união de uma família; a grandeza dos pequenos prazeres; e principalmente a consciência de que a conquista na vida é uma questão de garra, com o exemplo de família simples que saiu do interior de Minas Gerais e conquistou seu espaço de forma honesta e vencedora na capital do Brasil.*

*À **Ana Rita**, prima, amiga e irmã que sempre acreditou nos meus sonhos e que concordou em viver a loucura que é deixar a casa dos pais e assumir com as responsabilidades de viver sozinhas. Que compartilha há um pouco mais de dois anos choros, desesperos, preocupações, muitas risadas e conversas intermináveis. Sonhando, sempre sonhando comigo. Obrigada, Mimi.*

*Aos meus amigos, que me tiram das duras realidades da vida com saídas e viagens inesquecíveis. Que me escutam e me emprestam os ombros para eu descansar sempre que preciso. Em especial à minha amiga há mais de 15 anos, **Mari**. Você é meu grande referencial de amizade, me deu a graça de entender o significado desse amor tão especial.*

*Não posso deixar de agradecer a dois anjos que apareceram na minha vida nesse momento tão importante de conclusão de curso. Ao professor Rodrigo Pires, meu orientador que acreditou nesse trabalho, muitas vezes mais que eu, e me deu a motivação e o suporte necessários para eu concluí-lo. Muito obrigada! E a sra. Lígia Girão, que me apresentou a plataforma WWP. Com sua tamanha receptividade me ajudou com muita prontidão, a ela meu mais sincero agradecimento. Obrigada!*

## RESUMO

Após duas grandes guerras mundiais, a ordem econômica, social, cultural sofreu mudanças de ordem global. O Estado passou a ser o provedor de bem-estar social, até que esse sistema também entrou em crise nos anos 1970. Mas a situação social marcada pela pobreza e falta de recursos básicos para seus cidadãos, fez com que países tidos como em desenvolvimento criassem um modelo de apoio à sua população por meio de programas de transferência de renda. A experiência desses países se revelou como uma boa base de troca de conhecimento, que deu origem à cooperação técnica entre países em desenvolvimento. O Brasil, que viveu profundas mudanças no seu sistema de proteção social no início do século XXI, desenvolvendo programas sociais inovadores através do Ministério do Desenvolvimento Social (MDS), se destacou no cenário mundial. São pesquisadores e estudantes de vários países, assim como técnicos e gestores de políticas sociais estrangeiros que vêm ao Brasil todos os anos à procura de aprendizado. O modelo de gestão brasileiro combinado com seus números positivos de desenvolvimento social chama muita atenção da comunidade internacional. Esse contexto abriu portas para a criação de uma plataforma de aprendizado, WWP – Iniciativa Brasileira de Aprendizagem por um Mundo sem Pobreza – que objetiva disseminar a experiência em programas sociais brasileiros a fim de contribuir com o desenvolvimento social de outros países; principalmente através da crescente cooperação Sul-Sul. O objetivo desta monografia é analisar o WWP como um instrumento de gestão pública. Isso foi possível por pesquisa realizada de maneira exploratória e quantitativa através de análise bibliográfica e documental; além de entrevistas com profissionais envolvidos no desenvolvimento da plataforma. Através da pesquisa chegamos a uma apresentação e análise dos programas sociais desenvolvidos pelo MDS, que são subsídios para a plataforma; assim como a apresentação da origem e funcionamento do WWP. Identificou-se assim como fundamental o papel exercido pelo Estado brasileiro como interventor das mazelas sociais deste país; e por meio dessas ações se destacou no cenário internacional, e hoje exporta sua experiência.

**Palavras-chave: WWP. Desenvolvimento social. MDS. Banco Mundial. Cooperação Sul-Sul.**

## LISTA DE TABELAS E FIGURAS

<b>Tabela 1:</b> Cinco estágios do ciclo de política pública.....	28
<b>Tabela 3:</b> Relação dos programas mais procurados por delegações Estrangeiras.....	45
<b>Figura 1:</b> Modelo de gestão do WWP.....	47

## **LISTA DE SIGLAS E ABREVIATURAS**

CRAS	Centro de Referência de Assistência Social
CREAS	Centro de Referência Especializada de Assistência Social
CNAS	Conselho Nacional de Assistência Social
FGV	Fundação Getúlio Vargas
IPC-IG	Centro Internacional de Políticas para o Crescimento Inclusivo
ISEB	Instituto Superior de Estudos Brasileiros
IPEA	Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada
LOAS	Lei Orgânica da Assistência Social
MEC	Ministério da Educação e da Cultura
MDS	Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome
PGRM	Programa de Garantia de Renda Mínima
PETI	Programa de Erradicação do Trabalho Infantil
PGRFM	Garantia de Renda Familiar Mínima
PNAA	Programa Nacional de Acesso à Alimentação
PBF	Programa Bolsa Família
SAGI	Secretaria de Avaliação e Gestão da Informação

SENARC	Secretaria Nacional de Renda de Cidadania
SNAS	Secretaria Nacional de Assistência Social
SESAN	Secretaria de Segurança Alimentar e Nutricional
SESEP	Secretaria Extraordinária de Superação da Extrema Pobreza
UNB	Universidade de Brasília
WWP	<i>World Without Poverty</i>
PAA	Programa de Aquisição de Alimentos da Agricultura Familiar
PAIF	Política Nacional de Integração à Família
PAIF	Programa de Atenção à Integração da Família

## SUMÁRIO

1	INTRODUÇÃO.....	14
1.1	Contextualização .....	14
1.2	Delimitação do tema e definição do problema de pesquisa.....	20
1.3	Objetivo geral da pesquisa .....	21
1.4	Objetivos específicos.....	22
1.5	Justificativa .....	22
1.6	Estrutura da monografia .....	22
2	REFERENCIAL TEÓRICO .....	24
2.1	Intervenção Estatal no desenvolvimento social .....	24
2.2	Brasil e a cooperação Sul-Sul.....	27
2.3	Governo em redes .....	28
3	METODOLOGIA .....	30
3.1	Tipologia e descrição geral dos métodos de pesquisa .....	30
3.2	Caracterização da organização .....	30
3.3	Caracterização dos instrumentos de pesquisa e procedimentos de coleta e análise de dados.....	32
3.3.1	<i>Roteiro de entrevistas</i> .....	33
4	RESULTADOS E COMENTÁRIOS .....	34
4.1	Políticas brasileiras de desenvolvimento social e combate à fome .....	34
4.1.1	<i>Cadastro Único para Programas Sociais do Governo Federal</i> .....	36
4.1.2	<i>Programas de assistência social</i> .....	37
4.1.3	<i>Programas de transferência de renda</i> .....	37
4.1.4	<i>Segurança alimentar e nutricional</i> .....	39
4.2	WWP .....	40
4.2.1	<i>Objetivos e público-alvo do WWP</i> .....	41

4.2.2	<i>Gestão do WWP</i> .....	42
4.2.3	<i>Importância da documentação</i> .....	44
4.2.4	<i>Perspectivas e desafios da WWP</i> .....	46
5	Conclusões .....	48
6	Referências bibliográficas .....	50

# 1 INTRODUÇÃO

O trabalho que se inicia irá abordar a Iniciativa Brasileira de Aprendizagem para O Mundo Sem Pobreza (WWP – do inglês *World Without Poverty*). Trata-se da disseminação do conhecimento adquirido pela experiência brasileira com políticas públicas de desenvolvimento social através de documentação disponibilizada no site do WWP.<sup>1</sup>

O WWP é uma resposta à grande demanda das delegações internacionais que nos últimos anos têm procurado o Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome (MDS), para entender como funcionam os modelos de gestão do governo brasileiro em relação às políticas sociais implementadas através do MDS.

Hoje o Brasil conta com muitas políticas de desenvolvimento social que atraem olhares de diversos governos e organizações internacionais do mundo. E isso é resultado de um longo processo iniciado ainda no século XX, e que vem se solidificando neste país, com o objetivo de responder às demandas sociais geradas pela desigualdade social, fruto do modelo político e econômico dominante no Brasil nesse período.

## 1.1 Contextualização

É no início do século passado que o mundo vive uma fase de crises e mudanças, onde conheceu o poder transformador de duas grandes guerras mundiais que trouxeram consigo mudanças econômicas, políticas e sociais.

---

<sup>1</sup> Acesso pelo endereço <<https://www.wwp.org.br>>

O século XX inicia-se configurado pela economia liberal. Para Heidemann e Salm (2009) O progresso estava relacionado à “força da economia de mercado sob o comando teórico da economia política”. O Estado era responsável pela administração da justiça, da diplomacia e da educação. Não havia política de desenvolvimento econômico atrelado ao social.

A liberdade individual é essencial para esse modelo funcionar. Assim, o tamanho da esfera privada era diretamente proporcional ao da liberdade individual. Entretanto, tamanha liberdade negligencia os aspectos da coletividade, com seus problemas e soluções mediante ação política. Esse contrato social que sobrepunha no século XX foi reduzido proporcionalmente ao poder desempenhado pelo corpo político para deliberar leis e fixar limites às atividades individuais, principalmente no âmbito da economia. Ascendeu então a função do Estado e minimizou o valor do mercado auto-regulado nas regras do jogo da vida humana em conjunto. (HEIDEMANN; SALM, 2009, p. 25)

A crise do mercado e o controle do Estado favorecem o surgimento de um primeiro esboço do que mais adiante conhecer-se-ia como política pública. À época, tais políticas se resumiam aos esforços do Estado para estimular o desenvolvimento econômico das sociedades.

Frente a dilemas de desenvolvimento, países da Europa e os Estados Unidos da América criaram o que ficou conhecido como Estado de Bem-Estar Social (da expressão em inglês *Welfare State*). Tal providência tinha como mecanismo o Estado como provedor de soluções para os problemas causados pela complexidade socioeconômica. (RODRIGUES; CARDOSO, p. 3440)

O Estado então recria uma realidade em que são expandidas as políticas sociais, e desenvolvem políticas que regulamentam a economia. Esse período durou desde o fim da Segunda Guerra Mundial até meados dos anos 70. Foi nesse intervalo que os trabalhadores gozaram de amplas ações que os protegiam e lhes asseguravam. O Estado passou a estimular sua economia fomentando o consumo e

com o objetivo de combater o desemprego. Aliando essas iniciativas às políticas sociais que englobam boa parte das necessidades básicas dos cidadãos. E complementado com mudanças no campo político como descrito a seguir:

Na esfera política, no contexto de uma nova gestão pública, o modelo baseia-se em princípios democráticos, nas preferências coletivas, na expansão dos direitos sociais e trabalhistas, expansão das oportunidades mediante mecanismos de acesso universal e redução das desigualdades sociais por meio de instrumentos de distribuição do rendimento nacional. Desse modo, a concepção teórica do modelo de crescimento baseado no pleno emprego e distribuição de renda daria origem às social-democracias ocidentais. Tratava-se do alargamento do Estado, para além da esfera da produção, para a gestão e apoio às atividades de reprodução da força de trabalho. (RODRIGUES; CARDOSO, 2009, p. 3440)

Enquanto nos países industrialmente desenvolvidos o Estado de Bem Estar social era a política vigente e a prioridade do Estado, no Brasil, o começo da década de 1930 iniciava-se o processo de industrialização que gerou o desenvolvimento econômico, mudanças sociais e também políticas.

Dois fatos favoreceram o início da industrialização no Brasil. Primeiramente, o surgimento de uma oportunidade econômica de investir nesse setor; e em segundo lugar, pela Revolução de 30 que enfraqueceu a o poder da oligarquia agrário-comercial. (BRESSER-PEREIRA, 1968, p. 30)

Para Bresser-Pereira (1968) a crise econômica internacional vivida nos anos 1930 coincidiu com a desvalorização da moeda brasileira à época. Isso fez com a exportação de café não tivesse o mesmo lucro de outrora, e assim o governo tomou medidas para amenizar as conseqüências comprando os excedentes de café. Além disso, a alta dos preços de produtos manufaturados incentivou um investimento na indústria nacional.

É nesse período então que nascem as bases da atividade de planejamento no Brasil. O primeiro governo de Getúlio Vargas, iniciado em 1930 é marcado por medidas intervencionistas do Estado na economia com o fim de gerar desenvolvimento. Fez isso através de uma reforma administrativa e tomou medidas protecionistas objetivando promover mudanças na estrutura produtiva. (REZENDE, 2010, p. 121)

Para Rezende (2010) essas mudanças ocorreram através da criação do Departamento Administrativo do Serviço Público (DASP), e vários órgãos públicos com a função de regular as principais atividades do setor agrário exportador e das empresas voltadas para o processamento de matérias-primas nacionais, como a Companhia Siderúrgica Nacional e a Companhia Nacional de Álcalis.

Durante o período da Segunda Guerra Mundial (1940-1945) a industrialização brasileira sofreu uma baixa em seu crescimento. Isso pode ser explicado pela tendência internacional, onde os países industrializados tinham seus esforços apontados para a Guerra. Diminuindo assim a exportação de produtos e máquinas. Demonstrando a necessidade de tornar a indústria brasileira mais independente (BRESSER-PEREIRA, 1968, p. 37)

No fim da Segunda Guerra, como apresentado anteriormente, há uma tendência nos países desenvolvidos da intervenção estatal nas questões sociais, o Estado de Bem Estar Social. No Brasil, o foco se voltou para intervenção estatal para promover a industrialização do país.

O período pós Guerra foi marcado pela acumulação de divisas estrangeiras devido à baixa importação durante a Guerra. Com isso, houve uma alta nas importações de produtos, e também pelo liberalismo econômico adotado pelo Governo. Ademais, cresceu o número de trocas brasileiras e também valorização do café, fomentando assim a economia e a industrialização (BRESSER-PEREIRA, 1968, p. 41).

O período pós Guerra foi marcado pela volta do Vargas ao poder. E também por um segundo momento de intervenção Estatal na economia. É criado então o Plano Nacional de Desenvolvimento Econômico focado em ações para desenvolver a infraestrutura. E ainda foi marcado pela criação da Petrobrás, que marcou a volta da política de industrialização notoriamente nacionalista. (REZENDE, 2010, p. 123)

Para Bresser-Pereira (1968) a criação da Petrobrás representou um crescimento econômico para o país; nos seus primeiros três anos de funcionamento produziu três vezes mais do que nos 14 anos anteriores em que a produção nacional era liderada pelo Conselho Nacional do Petróleo.

Bresser-Pereira (1968) apresenta um modelo que representa o desenvolvimento do Brasil a partir da década de 1930. São fatores que influenciaram esse processo. Primeiramente, a industrialização; substituição da industrialização por produtos produzidos internamente; limitação da capacidade de importar; surgimento de uma classe de empresários industriais; a alta relação marginal produto-capital, a alta produtividade dos investimentos realizados no Brasil; por fim, a estatização.

Percebe-se então, ao mesmo tempo em que os países desenvolvidos buscavam construir as bases de um Estado de Bem-Estar Social; no Brasil começava a desenvolver a indústria, saindo de uma sociedade agrária para urbana. Investindo em infraestrutura, planejando então o desenvolvimento econômico e como consequência sendo modificada a estrutura da sociedade.

Bresser Pereira (2014) aponta as fases de desenvolvimento vividas pelos países desenvolvidos:

Depois da Segunda Guerra Mundial, ficou claro que o mundo estava dividido em países desenvolvidos e subdesenvolvidos. Os países desenvolvidos gozavam de padrões de vida superiores, haviam feito sua transição para a democracia, e ofereciam uma proteção do trabalho limitada mas efetiva. Isto aconteceu aproximadamente na seguinte ordem: primeiro eles se industrializaram; segundo, tornaram-se democráticos; e terceiro, os padrões de vida aumentaram substancialmente e se estabeleceu um grande Estado de bem-estar social; quarto, nos últimos vinte e cinco anos do século XX, apesar da hegemonia neoliberal e do aumento da desigualdade que ela acarretou, os países ricos começaram a proteger o meio ambiente, sendo logo seguido pelos países em desenvolvimento.

Assim, a partir dos anos 1970, guerras, crises petrolíferas e a crise financeira internacional contribuíram para uma desaceleração do crescimento econômico. Favorecendo uma perturbação ao modelo de bem estar-social provido pelo Estado. Como consequência, houve uma diminuição dos gastos públicos e uma reestruturação dos sistemas universais de proteção social. O que sugeriu um novo debate quanto às ações do Estado em relação ao provimento de meios para alcançar a solidez da segurança social. Rodrigues e Cardoso (2009) argumentam que nesse contexto

(...) não é mais a coincidência entre direito à proteção social e direito à cidadania, mas a relação que deve existir entre benefícios sociais e responsabilidade civil, no sentido de interrogar até que ponto os direitos

sociais concedidos pelo Estado de Bem-Estar implicam em responsabilidades individuais. O debate move-se do campo dos direitos para o campo da responsabilidade civil, da co-responsabilidade, das contrapartidas ou das condicionalidades.

Representando então de forma gradual a volta do liberalismo econômico. Porém, paradoxalmente a essas idéias, na América Latina há um retorno do Estado, mais especificamente na tentativa de combater a pobreza, o desemprego e as desigualdades sociais.

Pois os países em desenvolvimento viveram o período entre o fim dos anos 70 e o início dos anos 80 marcados pelo crescimento da desigualdade, pelo desenfreado crescimento das cidades, da pobreza, das péssimas condições dos serviços públicos urbanos e deterioração da qualidade de vida, que demandava um modelo econômico que articulasse a lógica do Estado com a lógica do mercado. (RODRIGUES; CARDOSO, 2009, p. 3443)

Tais deficiências estão relacionadas ao crescimento acelerado dos centros urbanos, desacompanhado de uma estrutura social adequada. É, portanto, nessa conjuntura que os países da América Latina passam a desenvolver políticas sociais condicionadas de transferência de renda, na tentativa de amenizar os problemas sociais.

Os programas de transferência de renda demonstram ser uma boa forma de lutar contra a pobreza e desigualdade social nos países em desenvolvimento. Entende-se que com essa iniciativa é dada a oportunidade para os mais desfavorecidos se inserirem de forma mais justa na sociedade a qual faz parte. Tais programas, atrelados a outras iniciativas, como de saúde, educação, alimentação, emprego, são ações comprovadamente eficazes no horizonte do desenvolvimento social.

Ao longo dos anos a experiência dos países em desenvolvimento com políticas de desenvolvimento social foi tomando espaço e permitiu a criação do conceito denominado Cooperação Técnica entre Países em Desenvolvimento (CTPD), e se caracteriza como uma cooperação horizontal, em contraposição a assistência Norte-Sul.

O Brasil passa a se destacar nesse cenário de Cooperação Técnica com sua experiência como receptor, e também por seus programas de desenvolvimento social que tomam formas mais sólidas a partir dos anos 2000. Fonseca (2008) descreve o modo como é operado a cooperação técnica brasileira:

A estratégia de cooperação técnica prestada pelo Brasil se apóia no fortalecimento institucional dos países beneficiados, condição fundamental para que a transferência e a absorção dos conhecimentos se façam efetivas.

É nesse cenário que surge o objeto de estudo deste trabalho. O WWP, a Iniciativa Brasileira de Aprendizagem para o Mundo sem Pobreza, criado em março de 2014, cujo objetivo é prospectar, documentar e divulgar inovações e conhecimento sobre as tecnologias sociais brasileiras de gestão, desenho e implementação de políticas e programas sociais.

O WWP é fruto da parceria entre o Banco Mundial, o MDS, o Centro Internacional de Políticas para o Crescimento Inclusivo (IPC-IG) e o Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada (IPEA). Juntos, compartilham experiências a respeito de políticas de desenvolvimento, com o foco principal em divulgar a experiência exitosa do Brasil em políticas de desenvolvimento social e combate a fome, concebidas pelo MDS.

O site da iniciativa concentra a documentação produzida pela equipe do WWP, e publicações dos quatro parceiros. Há, também, o lançamento periódico de newsletters com a divulgação de novos conteúdos disponibilizados no site: publicações eletrônicas, vídeos, diagramas e, futuramente, infográficos. Tais publicações são fruto do esforço da pesquisa documental feita a partir dos programas sociais brasileiros.

## **1.2 Delimitação do tema e definição do problema de pesquisa**

A Iniciativa de Aprendizado WWP chama a atenção por vários fatores. O primeiro deles é como o Brasil tem se sobressaído internacionalmente em relação às

suas políticas públicas, principalmente nas políticas de desenvolvimento social e combate à pobreza.

“Nos últimos anos, as políticas brasileiras de desenvolvimento social e combate à fome estão despertando cada vez mais o interesse da comunidade internacional. Diversas delegações estrangeiras e instituições acadêmicas têm procurado o Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome (MDS) para conhecer a natureza e os desenhos operacionais dos programas sociais implementados no Brasil.” (GARCIA; DE PAULA; CORTIZO, 2014, p. 124)<sup>2</sup>

Como estudante do curso de Gestão de Políticas Públicas da Universidade de Brasília (UnB), a iniciativa WWP significa uma oportunidade de entender as inovações nesse campo; e ainda prevê uma nova forma de cooperação entre países em desenvolvimento para compartilhar suas experiências, mais especificamente em gestão pública.

A iniciativa só é possível porque o Brasil inovou no âmbito dos programas de desenvolvimento social. Existem muitos programas de transferência de renda espalhados pelo mundo, porém, o governo brasileiro adotou um modelo que impõe condições para que os cidadãos recebam os benefícios. Assim como a constituição de um sistema de cadastramento de informações sobre os brasileiros que estão aptos a receber suporte e incentivos do governo Federal, estadual e municipal. É um modelo de uma Federação que está conectada em redes com a finalidade de otimizar seu tempo e recurso; e o principal cumprir com suas metas e objetivos de diminuição da pobreza e da fome.

A participação do Banco Mundial se faz como organismo internacional que fomenta esse tipo de iniciativa com a capacidade de integrar atores como no caso do WWP.

### **1.3 Objetivo geral da pesquisa**

Como objetivo geral dessa pesquisa a análise do WWP como um meio de difusão dos modelos de gestão brasileira. Ou seja, como um instrumento de gestão.

---

<sup>2</sup> Retirado da Revista Brasileira de Monitoramento e Avaliação

<sup>3</sup> Todas as informações contidas nesse tópico foram retiradas da página da SAGI. Disponível em: <

#### **1.4 Objetivos específicos**

- Apresentar o histórico de programas sociais desenvolvidos pelo MDS
- Apresentar a configuração da Iniciativa de aprendizagem WWP
- Demonstrar a importância da intervenção do Estado nas questões sociais no Brasil

#### **1.5 Justificativa**

Há dados que comprovam que a experiência brasileira na área de políticas para o desenvolvimento social tem cumprido seu papel e melhorado a vida de milhões de brasileiros. E em um contexto mundial existem muitos países que se encontram em uma situação semelhante a do Brasil em termos de problemas sociais, principalmente dos países do hemisfério Sul. Esses países, com o objetivo de aperfeiçoar a vida de seus próprios cidadãos, têm procurado o Brasil para aprender com a sua experiência que se mostra cada vez mais eficiente em seus objetivos.

Estudar o WWP significa analisar o crescimento do Brasil através dos programas de desenvolvimento social; iniciar uma compreensão de como se ascendeu a cooperação Sul-Sul; tudo isso através de modelos de gestão pública que buscam inovação, com o suporte da tecnologia; entendendo assim a necessidade do governo em se ajustar a uma sociedade complexa, com problemas igualmente complexos.

#### **1.6 Estrutura da monografia**

O presente capítulo introduziu ao contexto do tema a ser estudado. Introduzindo a idéia do crescimento das políticas intervencionistas do Estado com o intuito de amenizar/resolver os problemas sociais enfrentados por seus cidadãos. E como a experiência brasileira nesse ramo cresceu e hoje se faz importante em um cenário global; tendo em vista que essa vivência é interesse de cópia e de estudos

por parte de gestores públicos e estudantes estrangeiros. E abriu espaço para a criação de uma Iniciativa que visa expandir e compartilhar essa experiência.

O capítulo que se busca esclarecer importantes questões que facilitam entender a compreensão do objeto de estudo. Através de uma discussão sobre a intervenção estatal nas questões sociais e econômicas de um país, e como essas ações elevaram o Brasil a um ator importante no cenário internacional como doador de cooperação técnica, especialmente no âmbito Sul-Sul.

O terceiro capítulo envolve o modo como essa pesquisa foi concebida. Tratando conceitualmente desse item que se apresenta como métodos de pesquisa. Fundamental para entender a lógica usada pela autora para desenvolver o assunto, e quais foram as fontes das informações aqui reproduzidas.

O quarto capítulo desenvolve os resultados. Neste capítulo estarão expostas as principais políticas de desenvolvimento social elaboradas pelo Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome. Seguido pelas informações a respeito da plataforma WWP, como ela se origina, seu funcionamento, perspectivas e dificuldades enfrentadas.

O quinto e último capítulo desse trabalho trará as conclusões percebidas pela autora a respeito do objeto de estudo.

## 2 REFERENCIAL TEÓRICO

Sabe-se que as transformações políticas, econômicas e sociais interagem entre si através do tempo. As mudanças sociais são influenciadas por decisões políticas e essas pela economia. A última se baseia, em um contexto capitalista, nas tendências mundiais.

Há uma tendência cíclica de interação desses fatores (economia, política e social). Quando o mercado está atuando de forma liberal, há uma tendência de a economia avançar, mas ao mesmo tempo, com o Estado reduzido, o social é afetado. Neste momento o Estado volta a atuar, dando subsídios para o desenvolvimento econômico, porém agora atrelado ao social.

A partir das análises feitas até esse ponto do trabalho, entende-se que as políticas públicas são uma maneira encontrada pelo governo de atenuar as conseqüências trazidas pela liberalização do mercado. Tais conseqüências são, por exemplo, a urbanização desenfreada gerada por um momento de intensificação da indústria.

Vivemos hoje na área social brasileira, uma forte intervenção do Estado através de programas governamentais. Essa iniciativa tem se mostrado muito positiva e tem elevado o Brasil a um importante ator no cenário de cooperação técnica Sul-Sul, e também despertado a curiosidade de alguns países desenvolvidos. Essa realidade promoveu a criação do WWP.

### 2.1 Intervenção Estatal no desenvolvimento social

Para Furtado (2004) não se pode dissociar o crescimento econômico do desenvolvimento social. O autor afirma então que apesar do grande crescimento econômico vivido pelo país no século XX, não foi acompanhado pelo social.

Essa necessidade apresentada por Furtado pode ser associado ao modelo de intervenção estatal apresentado por Bresser-Pereira. O modelo aponta a necessidade de o Estado intervir nas questões sociais após um período econômico liberal.

Bresser-Pereira (1989) apresenta a idéia do caráter cíclico da intervenção estatal. A idéia central é que a intervenção do Estado acontece de forma cíclica e em diferentes momentos históricos vividos pela sociedade.

Com base na contextualização que antecede esse capítulo, verificamos que no início do século XX o mercado atuava de forma liberal, até que a crise dos anos 1930 faz com que o Estado volte a intervir na economia e nas questões sociais; a partir dos anos 1970 há então um retorno da liberalização do mercado; novamente questionado, principalmente nos países em desenvolvimento, na recente crise econômica de 2008.

Bresser-Pereira (1989) desenvolve um modelo explicando como ocorre essa alternância entre estado interventor e mercado liberal.

Entendamos que há uma separação entre economistas conservadores e progressistas. A principal diferença entre eles é o “papel atribuído à intervenção estatal na coordenação econômica do sistema capitalista. Os primeiros são a princípio, contra; e os últimos, a favor de um grau de intervenção estatal”. (BRESSER-PEREIRA, 1989, p. 117)

Bresser (1989) aponta que a esquerda nos países capitalistas apóia um certo grau de intervenção estatal, que não chega a ser a favor de nacionalizações; por outro lado, a direita persevera no discurso neoliberal que nega qualquer tipo de intervenção estatal. Descrevendo esses discursos como:

Como o discurso da esquerda é uma mistura de ideologia e avaliação realista das limitações do mercado, o discurso da direita é o resultado de preconceitos ideológicos, de hipocrisia e de avaliação realista das distorções causadas pelo excesso de intervenção estatal.

Para Bresser-Pereira (1989) no caso dos países em desenvolvimento o discurso neoliberal “tende a ser falso”, pois a maior parte dos neoliberais são empresários, “cujas atividades foram ou ainda estão sendo subsidiadas pelo Estado”.

Bresser-Pereira (1989) reforça o momento vivido pelo Brasil ao longo do século XX quando aponta que a intervenção estatal é fundamental para o estágio inicial do desenvolvimento industrial nos países em desenvolvimento. Afirmando:

O papel básico do Estado nesse estágio é o de obter poupança forçada e investi-la diretamente, ou, mais habitualmente transferi-la para empresas através de financiamentos de longo prazo e particularmente através de diversos tipos de subsídios e incentivos (renúncias fiscais). Dessa forma, a classe empresarial é de longe a mais favorecida pela intervenção estatal.

O autor discute tais conceitos e fases, para chegar ao objetivo do seu trabalho: a intervenção do Estado ocorre de forma cíclica. Para Bresser-Pereira (1989):

A intervenção estatal expande-se e contrai-se ciclicamente, e que a cada novo ciclo o modo de intervenção muda. Por um determinado período a intervenção estatal aumenta, o Estado assume o papel crescente na coordenação do sistema econômico, na microalocação de recursos, na microdefinição do nível de poupança e investimento (ou do equilíbrio entre oferta e demanda agregada), e na micro-macrodeterminação da distribuição de renda entre as classes sociais e entre os setores da economia.

Seguindo o raciocínio de Bresser-Pereira (1989), quando a intervenção estatal se amplia, ela começa a ficar disfuncional. O excedente da regulação, que atrasa ao invés de reforçar e guiar a atividade econômica; e grandes déficits públicos sobrepondo a obtenção de poupança forçada, são as duas indicações de que a expansão do Estado excedeu. É o momento então de reverter o ciclo, contrair o Estado e expandir o controle do mercado.

Partindo desse pressuposto, consideramos nesse trabalho a possibilidade de o momento vivido atualmente pelo Brasil ser caracterizado pela volta da intervenção Estatal. Ao menos no âmbito da intervenção nas questões sociais.

E isso vem sendo feito a partir da criação de políticas públicas de transferência de renda, amparadas por uma série de outras medidas e outras políticas nas áreas de educação, saúde, de segurança alimentar, de produção e também de emprego. Analogicamente, as ações do governo em relação às questões sociais, podem ser comparadas às iniciativas dos países desenvolvidos com o intuito de criar o Estado de bem-estar social.

Foi então no final do século XX e começo do século XXI que houve um fomento da intervenção estatal nas questões sociais. Isso aconteceu principalmente com a entrada do presidente Lula.

Os programas sociais que serão apresentados no capítulo Resultados desse trabalho, deram origem então à ascensão do Brasil como ator doador de cooperação internacional, principalmente no âmbito Sul-Sul.

## **2.2 Brasil e a cooperação Sul-Sul**

O histórico de cooperação técnica brasileiro é primeiramente caracterizado pelo papel de receptor de cooperação que o Brasil desempenhava. Essa cooperação se dava de maneira vertical, ou seja, norte-sul. Saindo dos países desenvolvidos do norte para os países em desenvolvimento do sul.

Tal formação foi aos poucos mudando de forma a partir do momento em que se percebe que poderia haver maior êxito e aproveitamento dessa atividade se ela acontecesse entre países possuidores de realidades econômicas, sociais e políticas semelhantes. (PUENTE, 2010, p. 74)

Como aponta Lorenzo (2013) países do mundo apresentam diferentes formas de desenvolvimento social e diferentes condições de vida de suas populações. Porém, certos países possuem desafios em comum quanto a sua realidade social. Como pobreza, desigualdade social e acesso a serviços públicos básicos como educação e saúde. Essas afinidades e a vontade de mudança desses cenários abrem portas para cooperação entre países.

Para Baquero (2011) é então no início do governo Lula em 2003 que são reforçados os laços entre os países da América Latina, assim como com os países africanos. Dessa forma, o Brasil passa a se destacar nesse cenário. Para o presidente Lula, o país deveria se fortalecer através do próprio Estado, se tornando mais independente das instituições internacionais.

Nesse cenário então que o Brasil surge como importante ator internacional. Nesse trabalho, o objeto de estudo, a plataforma WWP, é um resultado desse crescimento brasileiro no cenário internacional. Isso decorreu das políticas adotadas

pelo atual governo, que fortaleceu as relações no âmbito Sul-Sul. E no atual momento está se destacando cada vez mais por seus programas sociais.

O WWP se apresenta então como uma ferramenta de gestão capaz de disseminar a experiência brasileira. Tais ações são possíveis pelos avanços tecnológicos que hoje vivemos e por uma modernização nos meios de gestão. Podemos entender esses processos através dos conceitos apresentados a seguir.

### **2.3 Governo em redes**

Esse tipo de gestão está interligado a um processo vivido pelo mundo a partir do advento da tecnologia. A tecnologia aqui enfatizada é a tecnologia da informação. Essa tecnologia tem sua origem nos Estados Unidos entre os anos 1940 e 1960, e sua finalidade era relacionada à segurança nacional. Porém, é a partir dos anos 1970 “que ela passa por um grande processo que está relacionado a cultura de liberdade, inovação individual e iniciativa empreendedora oriunda dos *campi* americanos da década de 1960” (CASTELLS, 1999, p. 43)

Castells (1999) ressalta a importância da revolução tecnológica da informação afirmando que “sua penetração em todos os domínios da atividade humana, não como fonte exógena de impacto, mas como o tecido que essa atividade é exercida.” Portanto, várias mudanças ocorrem a partir da revolução tecnológica da informação e em variados campos, entrelaçadas a ela, e não apenas por sua influência.

Podemos afirmar que essa revolução dilatou a interdependência e a interação entre as sociedades em nível global. O que faz com que os desafios enfrentados no século XXI sejam ainda mais complexos e demandem novas maneiras de resolvê-los. (GOLDSMITH; EGGERS, 2006, p.21)

Assim ocorre com os problemas que enfrentam os governantes, que no século XX teve sua governança marcada pela alta burocratização e hierarquização. Porém, hoje a sociedade se configura de forma mais complexa e multifacetada

exigindo assim, novas formas de administração que atuem de forma mais dinâmica e fluida.

É o que trazem Goldsmith e Eggers (2006, p. 21) que salientam:

“os problemas tornaram-se tanto mais globais quanto mais locais à medida que o poder se dispersa e os limites (quando existem) tornam-se mais fluidos, Soluções de tamanho único deram lugar a abordagens customizadas, considerando que os intrincados problemas colocados por populações diversas e móveis passaram a desafiar cada vez mais as soluções simplistas”.

O governo não deixou de atuar de forma hierárquica, porém sua presença está diminuindo gradualmente, sendo impulsionada pela aspiração do governo em resolver problemas cada vez mais complexos e impelido por ferramentas inovadoras usadas para solucionar tais problemas de maneira criativa. (GOLDSMITH; EGGERS, 2006, p. 22).

Isso tudo faz com que um novo modelo de governo comece a surgir, onde as principais atividades do governo, como gerir pessoas e programas, dá lugar a função de administrar os recursos. Esse modelo é denominado de redes e se caracteriza como uma “teia mais dinâmica de redes de computadores que podem organizar ou reorganizar, expandir ou contrair, dependendo do problema em questão” (GOLDSMITH; EGGERS, 2006, p. 22).

O objetivo dessa nova abordagem é que no final a soma dos ganhos públicos seja maior em redes, do que cada ator atuando de forma individual.

A abordagem neste trabalho é a atuação em rede da iniciativa WWP, que difunde conhecimento sobre as políticas brasileiras de desenvolvimento social, usando dentre outras formas, o advento da tecnologia para atingir tal objetivo. Tal advento é muito bem abordado por Caltells (1999, p. 69), quando afirma:

“esse sistema tem sua própria lógica embutida, caracterizada pela capacidade de transformar todas as informações em um sistema comum de informação, processando-os em velocidade e capacidade cada vez maiores e com custo cada vez mais reduzido em uma rede de recuperação e distribuição potencialmente ubíqua.”

Os conceitos apresentados nesse capítulo são fundamentais para o entendimento do que será apresentado no capítulo 5, que são os resultados dessa pesquisa.

### **3 METODOLOGIA**

#### **3.1 Tipologia e descrição geral dos métodos de pesquisa**

A pesquisa científica pode ser definida como “o processo formal e sistemático de desenvolvimento científico. O objetivo fundamental da pesquisa é descobrir respostas para problemas mediante o emprego de procedimentos científicos” (GIL, 2008, p. 26). Portanto, são necessários meios para chegar ao objetivo da pesquisa.

O procedimento científico utilizado neste trabalho foi o exploratório. As pesquisas exploratórias são utilizadas para desenvolver, esclarecer e modificar conceitos e idéias, prospectando pesquisas futuras. Dentre os tipos de pesquisa, a exploratória é a menos rígida no seu planejamento. Geralmente elas se desenvolvem através de levantamento de documentos e bibliografia, entrevistas não padronizadas e estudos de caso (GIL, 2008, p. 26).

Este tipo de pesquisa foi escolhido para este trabalho por se tratar de um problema ainda não estudado academicamente, portanto ainda não explorado. O que dificulta o levantamento de hipóteses precisas. E ao mesmo tempo, inicia um caminho para que novas pesquisas sobre o tema sejam feitas, aprimorando esse campo.

A escolha da abordagem do trabalho foi a qualitativa por meio da análise documental. Por não se tratar de uma abordagem rigidamente fundamentada, permite que o pesquisador use sua criatividade e imaginação para propor novos enfoques. Nesse sentido, a pesquisa pode se tornar algo inovador, e acrescentar novos enfoques para o tema abordado. Além disso, a análise documental é uma rica fonte de dados (GODOY, 1995, p. 21).

#### **3.2 Caracterização da organização<sup>3</sup>**

---

<sup>3</sup> Todas as informações contidas nesse tópico foram retiradas da página da SAGI. Disponível em: < <http://aplicacoes.mds.gov.br/sagi/portal/>> Acesso em: 15 de junho de 2015.

A iniciativa WWP conta com quatro parceiros. O MDS, Banco Mundial, Ipea e o IPC-IG. Porém, os parceiros que serão destacados nessa pesquisa são o MDS e o Banco Mundial. No MDS, a Secretaria de Avaliação e Gestão da Informação (SAGI), foi escolhida para representar o Ministério dentro da iniciativa WWP. Portanto, a ela foi solicitada uma entrevista com os funcionários que fazem parte da equipe do WWP, e foi, portanto, uma importante fonte de informações e recursos para o desenvolvimento da pesquisa.

A maior parte dos dados para a resolução do problema de pesquisa foi coletado na SAGI, por meio de entrevista e de documentação concedida pelos servidores que trabalham na secretaria, a documentação diz respeito a uma apresentação de slides usada pela própria SAGI para apresentar a iniciativa quando se faz necessário; e por um artigo publicado pelo comitê técnico que representa o MDS dentro da Iniciativa, elaborada por três atores, dentre eles, dois entrevistados pela autora dessa pesquisa.

A escolha pela a SAGI para representar o MDS dentro do WWP é explicada pelo seu papel articulador entre os demais parceiros da iniciativa. Portanto, possui uma visão ampla sobre a iniciativa sendo capaz de entender e explicar os processos de gestão utilizados pela iniciativa e seus atores.

A SAGI é a unidade técnico-administrativo do MDS, responsável pelas ações de gestão da informação, monitoramento, avaliação e capacitação/formação de políticas e programas do Ministério. A Secretaria desenvolve atividades que permitem ao MDS conhecer melhor o público-alvo de suas políticas, a lógica da intervenção de seus programas, os problemas e melhores práticas de implementação de suas ações, e naturalmente, os resultados e impactos do esforço governamental na área de desenvolvimento social.

Mais precisamente, a SAGI subsidia técnicos de todos os níveis de governo, Federal, estados e municípios, que estão envolvidos diretamente com as políticas de desenvolvimento do Ministério, para criarem documentos técnicos gerando assim disseminação do conhecimento através da internet. De modo a disseminar esses conhecimentos, a SAGI também realiza cursos de capacitação e de formação presenciais e à distância, de Curta e longa duração, além de produzir materiais distribuídos no formato impresso e digital.

A agenda da SAGI é definida através de análise das demandas das Políticas de Desenvolvimento Social e Combate à Fome, pela Agenda Prioritária do Governo e do Ministério, das necessidades do Gabinete da Ministra e de suas secretarias finalísticas e também pelos imperativos ditados por sua missão institucional de produção de conhecimento abrangente e inovador para a gestão de políticas públicas, programas e ações do Ministério.

### **3.3 Caracterização dos instrumentos de pesquisa e procedimentos de coleta e análise de dados**

Entrevistas semi-estruturadas, análise bibliográfica e documental, foram os instrumentos utilizados para a realização da pesquisa.

Foi escolhido o modo semi-estruturado da entrevista, pois este permite que a conversa seja mais flexível, tomando rumos naturais da conversa permitindo um maior aprofundamento do assunto, sendo apenas guiada por um roteiro de entrevista feito pelo entrevistador. As entrevistas foram registradas por gravador, após a devida permissão do entrevistado e transcorrida como informações para o capítulo de resultados desse trabalho.

Foram realizadas duas entrevistas, a primeira com dois Analistas de Políticas sociais da SAGI. A entrevista possibilitou uma melhor compreensão do funcionamento da Iniciativa WWP e como se desenrolam os procedimentos de divulgação dos materiais disponibilizados; como é feita a escolha desses materiais pelos quatro parceiros da iniciativa; e quais são as perspectivas em relação à iniciativa, assim como seus percalços. Portanto foi fundamental para a realização deste trabalho. Primeiramente por que conversar com os profissionais que estão diretamente envolvidos com a WWP é a maneira mais esclarecedora quando comparada apenas com a análise de documentos e informações. Segundo por que a iniciativa ainda é muito recente (2014), portanto ainda não dispõe de pesquisas aprofundadas sobre ela, assim como visões críticas, meios fundamentais para se analisar qualquer tema de pesquisa científica.

Através da análise bibliográfica que se apresenta na forma de livros e artigos publicados, que foi possível construir todo o contexto histórico das políticas públicas

até chegar então na Iniciativa WWP. Além disso, também foi utilizado para expor as conceituações teóricas contidas no referencial teórico.

Os profissionais envolvidos no WWP através do MDS que concederam a entrevista foram:

- Daniel Garcia – Analista de políticas sociais – Assessor do Gabinete SAGI/MDS
- Roberta Palella Melega Cortizo – Analista de políticas sociais SAGI/MDS

### 3.3.1 Roteiro de entrevistas

P: Qual a origem da Iniciativa Brasileira de Aprendizagem WWP?

P: Posto que o WWP é resultado da parceria entre o MDS, Banco Mundial, IPEA e IPC-PNUD, como é realizada a gestão ?

P: Qual é o papel desempenhado por cada um dos parceiros?

P: Como é preparado e escolhido o material que é publicado na plataforma?

P: Quais são os programas que mais atraem os gestores em políticas sociais e técnicos estrangeiros?

P: Qual a origem do recurso utilizado para a criação e manutenção do WWP?

P: Como são feitas as avaliações do andamento da plataforma?

P: Quais são os maiores desafios que o WWP enfrenta?

P: Quais são as perspectivas para o WWP

## 4 RESULTADOS E COMENTÁRIOS

### 4.1 Políticas brasileiras de desenvolvimento social e combate à fome

As políticas sociais de caráter distributivo e de combate à fome no Brasil nascem da necessidade do Estado em intervir para amenizar as problemáticas sociais vividas nesse país. Reafirmando a idéia que cabe ao Estado:

A tarefa de induzir, fomentar ou mesmo produzir as condições para a transformação das estruturas econômicas e sociais do país, algo que se justificaria quase que exclusivamente frente ao histórico e à contemporaneidade das heterogeneidades, desigualdades e injustiça – em várias de suas dimensões – que marcam a Nação Brasileira. (Junior-Cardoso, 2010, p. 205)

Furtado (2004) afirma ao debater sobre a necessidade de planejar o desenvolvimento no Brasil e atentar para as questões sociais:

A coisa mais importante para o governo de um país são os homens que você vai governar, é a massa da população, não são abstrações. Portanto, é preciso colocar o social à frente de tudo. Quando quem lidera é a microeconomia, tudo fica diferente, e o governo não tem responsabilidade nenhuma, é o mercado quem decide. (CDES, 2004, p. 7-8)

Sobre a necessidade de planejamento e gestão pública, Cardoso (2010) acredita ser imprescindível uni-las e reequilibrá-las, levando-as em conta como meio de análise e reconstrução das capacidades do Estado para o desenvolvimento social.

Reconhecendo essa necessidade, 2004 foi um ano de fundar as bases do atual sistema de proteção social do Brasil. Nesse ano foi criado o Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome; a instituição do Programa Bolsa Família (PBF), e a aprovação pelo Conselho Nacional de Assistência Social (CNAS); da Política Nacional de Integração à Família (PAIF). Também é criado o Centro de Referência de Assistência Social (Cras) e o Centro de Referência Especializada de Assistência Social (Creas) e o Programa de Atenção à Integração da Família (PAIF), reconhecido pelo acompanhamento às famílias no âmbito da proteção social básica

do Sistema Único de Assistência Social (Suas), prioritariamente às famílias beneficiárias do PBF e Benefício Prestação Continuada (BPC). (COLIN; PEREIRA; GONELLI, 2013, p.47)

Colin, Pereira e Gonelli (2013) também destacam que em 2005 com a Norma Operacional Básica do Sistema Único de Assistência Social (NOB/Suas), regulamenta-se o Suas inovando no sistema de gestão e do financiamento público, com repasses continuados, e transferências regulares e automáticas operacionalizadas diretamente do Fundo Nacional de Assistência Social (FNAS) aos Fundos de Assistência Social dos municípios.

A partir dessas mudanças e inovações, estava montado então às bases estruturantes para a implementação no Brasil de um modelo de proteção social democrático e participativo, com descentralização político-administrativa, primando à responsabilidade do Estado em parceria com a sociedade civil, por meio da participação nos conselhos e das ofertas pelas entidades de assistência social. (COLIN; PEREIRA; GONELLI, 2013, p.49)

As ações destacadas acima nos levam às análises feitas no referencial teórico desse trabalho. Primeiramente quanto ao papel do Estado que hoje se volta para as questões sociais, atestando assim o caráter cíclico da intervenção estatal na medida em que as questões sociais necessitam de atenção.

Além disso, o caráter das políticas públicas que representam uma resposta dos governos frente aos problemas identificados que uma vez posto em suas agendas representam a procura por uma solução, e em seguida sua implementação. Como podemos averiguar na realidade brasileira.

As políticas apresentadas nesse capítulo serão focadas nas desenvolvidas pelo Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome. Essa escolha foi feita pelo fato do WWP disseminar conhecimento a partir dessas políticas.

Como mencionado o MDS foi criado em 2004, confluindo três áreas do governo, são elas: o Ministério Extraordinário de Segurança Alimentar e Combate à

Fome (MESA), o Ministério da Assistência Social e a Secretaria-Executiva do Programa Bolsa Família.

A política do MDS se baseia em criar uma ampla rede de proteção através de diversas políticas sociais, que busca atender as pessoas suscetíveis aos riscos sociais: pobres, crianças e adolescentes, idosos e portadores de necessidades especiais. (SAMPAIO, 2010, p. 261)

#### 4.1.1 *Cadastro Único para Programas Sociais do Governo Federal*

Os programas brasileiros para o desenvolvimento são amparados pelo Cadastro Único para Programas Sociais do Governo Federal (CadÚnico). O CadÚnico, criado em 2001, é um instrumento usado para identificar e caracterizar as famílias de baixa renda, que são entendidas como aquelas que têm renda mensal de até meio salário mínimo por pessoa; ou renda mensal total de até três salários mínimos.

Ele se constitui em uma ferramenta utilizada para a seleção de beneficiários de diversos programas sociais implementados pelo Governo Federal, assim como a integração entre eles, buscando a convergência de esforços no sentido de permitir que famílias possam ter acesso aos diversos benefícios e serviços complementares entre si. (GARCIA; DE PAULA; CORTIZO, 2014, p. 136)

O CadÚnico é o grande facilitador da implementação dos programas sociais brasileiros. Há uma grande procura por parte das delegações estrangeiras para entender como ele foi feito e como opera. Há uma grande procura por parte de outros países com a intenção de implementar o CadÚnico em seus países. Porém, em alguns casos os países não contam com o registro geral de seus cidadãos. E/ou não possuem estrutura tecnológica para que esse sistema funcione de maneira adequada. Isso nos mostra quão complexo é o funcionamento do CadÚnico, demandando assim um alto nível de capacidade tecnológica brasileira; e atuando

como um inovador meio de gestão. Por outro lado, também podemos identificar aqui barreiras enfrentadas pelo WWP para atingir seus objetivos.

#### *4.1.2 Programas de assistência social*

A Norma Operacional Básica (NOB/SUAS) é quem disciplina a gestão pública da Assistência Social no território brasileiro, que atua em consenso com a Constituição da República de 1988. Que legaliza os direitos sociais dos brasileiros.

A assistência social trabalha com dois níveis de proteção social: a proteção social básica, de caráter preventivo, e a inclusão social. Esses programas são desenvolvidos por dois centros de referência: Centro de Referência Assistencial (Cras), que trabalha com a proteção social preventiva, e funciona como a entrada para o Sistema; e o Centro de Referência Especializado de Assistência Social (Creas), que atende pessoas em situação de risco pessoal e social. **(SAMPAIO, p. 263)**

O Cras tem como seu principal programa o Programa de Assistência Integral às Famílias (Paif), que atende e acompanha as famílias que recebem benefícios de transferência de renda<sup>4</sup>.

Já o Creas tem como principal iniciativa o Programa de Erradicação do Trabalho Infantil (Peti), que articulado ao Programa Bolsa Família. E tem como finalidade incentivar as crianças para que possam voltar a estudar e assim desenvolverem suas habilidades e competências<sup>5</sup>.

#### *4.1.3 Programas de transferência de renda*

Em outubro de 2003, através da Medida Provisória nº 132, depois convertida na Lei nº 10.386/2004, foi criado o Programa Bolsa Família (PBF). O PBF unificou os programas de transferência de renda já existentes. Até então, essas ações possuíam regras específicas, tiveram suas bases em algum ponto em registros

---

<sup>4</sup> Informações retirados do site do MDS

<sup>5</sup> Informações retiradas do site do MDS

administrativos independentes, e tiveram lacunas e sobreposições de cobertura. (COTA E PAIVA, 2010 apud PAIVA; FALCÃO; BARTHOLLO, 2014, p. 25)

Ele atua nas áreas de saúde e educação. Para as famílias receberem o benefício, as crianças devem freqüentar a escola e estarem com o cartão de vacinação em dia; tais exigências correspondem as condicionalidades do programa. Sua ação é focalizada, e o seu foco são as famílias pobres e que estão em situação de risco social. Atuando de três maneiras: i) alívio imediato da pobreza: transferindo rendas às famílias pobres e extremamente pobres; ii) tentando romper com o ciclo de pobreza, incentivando a saúde e a educação das crianças; e iii) e por meio de ações complementares, desenvolve as capacidades das famílias. (SAMPAIO, 2010, p. 266)

Uma ênfase deve ser dada aqui, pois as condicionalidades desse programa são uma resposta à percepção de que se o resultado almejado é uma melhora nas condições de vida dos brasileiros em condições de pobreza e extrema pobreza em longo prazo e de forma definitiva, de maneira a desconstruir o ciclo da pobreza, enfrentando-a com artifícios que caminhem paralelos ao PBF. (PAIVA; FALCÃO; BARTHOLLO, 2014, p. 25)

Paiva, Falcão e Bartholo (2014) ressaltam que pela primeira vez, um programa de transferência de renda é criado com o foco na população pobre em idade ativa, ou seja, com capacidade produtiva e, além disso, com um viés claro pró-criança:

Um primeiro aspecto é que as condicionalidades do programa exigiram uma articulação entre as áreas de assistência social, de educação e de saúde em torno da população beneficiária. Desta maneira, a população vulnerável – tradicionalmente com maiores dificuldades de acesso aos serviços de educação e saúde e, sobretudo, de acesso com qualidade – passou a receber uma atenção especial dos sistemas educacional e de saúde, por meio do acompanhamento de condicionalidades.

A gestão do Programa é feita de forma descentralizada, permitindo que União, estados e municípios articulem entre si trocando experiências, favorecendo

uma cooperação na luta contra a fome e a pobreza.<sup>6</sup> Essa configuração está prevista legalmente no que diz respeito aos programas de assistência social.

O programa também adotou inovações institucionais que ganharam destaque, incluindo seu engenhoso mecanismo de focalização – simples, transparente e tão eficaz quanto mecanismos mais complexos e sofisticados adotados em outros programas de transferência condicionada de renda que se tornaram referência na América Latina. A crescente literatura acadêmica sobre o programa também revelou impactos positivos, entre outros, na redução da pobreza e da desigualdade; e na melhoria de indicadores educacionais e de saúde; além de desmistificar os receios de que o Bolsa Família pudesse reduzir a participação dos seus beneficiários no mercado de trabalho ou aumentar a fecundidade entre as beneficiárias. Paiva; Falcão; Bartholo, 2014, p. 42

O PBF se mostra como um grande avanço assistencial para aqueles que ainda não faziam parte do sistema de proteção social. Isso demonstra que o país caminha para um estado de verdadeiro bem-estar social, com bases que se solidificam cada vez mais cuidando de sua população pobre produtivamente ativa, e de suas crianças.

#### *4.1.4 Segurança alimentar e nutricional*

Também é compromisso do MDS, através da Secretaria Alimentar e Nutricional (Sesan), a implantação do Sistema de Segurança Alimentar e Nutricional (Sisan). E em 2006, foi aprovado pelo Congresso Nacional a Lei Orgânica de Segurança Alimentar e Nutricional (Losan). (SAMPAIO, 2010, p. 269)

A proposta do Sisan e do Losan é criar políticas na área alimentar de forma a garantir acesso à alimentação em quantidade, qualidade e regularidade suficientes para a sobrevivência. A ação do Sisan é feita articulando com outras instâncias da área de alimentação, a fim de garantir resultados satisfatórios.

Outro programa muito interessante é o Programa de Aquisição de Alimentos da Agricultura Familiar (PAA), que representa a aquisição de alimentos provenientes da agricultura familiar, com isenção de licitação, e com preços referentes ao mercado regional. Esses alimentos são destinados às pessoas em situação de insegurança alimentar e nutricional. Cumprindo assim dois importantes papéis. O

---

<sup>6</sup> Informações retiradas do site do MDS

primeiro é incentivando a agricultura familiar, e o segundo ajudando pessoas com limitações alimentares.

#### **4.2 WWP <sup>7</sup>**

O WWP, lançado em 2014, é uma iniciativa de difusão de experiências, boas práticas e inovações em programas sociais de todas as áreas do Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome: transferência de renda, assistência social, segurança alimentar e nutricional, e inclusão produtiva. Sendo o público-alvo composto principalmente por gestores e técnicos estrangeiros responsáveis pela execução de políticas sociais em seus países.

A iniciativa é composta pela parceria entre o Banco Mundial com o Centro Internacional de Políticas para o Crescimento Inclusivo (IPC-IG/PNUD), o Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada (IPEA) e o MDS. No MDS o órgão responsável pela articulação com os demais atores é a Secretaria Avaliação e Gestão da Informação (SAGI).

O WWP foi uma resposta a grande demanda das delegações estrangeiras e instituições acadêmicas que procuram o MDS para aprender com a experiência brasileira com seus exitosos programas de desenvolvimento social e combate à fome.

Dados do MDS mostram que em 2013, o MDS recebeu 65 delegações de 41 países. Dentre eles 18 eram da América Latina e Caribe e 13 do continente Africano. E entre janeiro e setembro de 2014, foram 48 delegações de 30 países novamente com a predominância da América Latina, Caribe e África. Esses dados indicam o fortalecimento das relações de cooperação no âmbito Sul-Sul. Devido a essa

---

<sup>7</sup> Todas as informações contidas nesse item foram retiradas do artigo Documentação de programas e ferramentas sociais na SAGI: “A experiência com o Cadastro Único”, e da entrevista realizada.

procura surgiu à necessidade de desenvolver um plano para documentar e disseminar informações sobre os programas sociais brasileiros.

Na figura a seguir, elaborada através de dados do Banco Mundial e do MDS através de pesquisas, indicam quais são os programas brasileiros mais procurados pelas delegações estrangeira:

**Tabela 2: Pesquisa sobre programas mais procurados**

<b>Comunidade de Aprendizagem da África (11 a 13 de março de 2014, Fortaleza/CE)</b>		
Cadastro Único	30	26%
Inclusão Produtiva (inclusive cisternas)	23	20%
Brasil Sem Miséria / integração e complementaridade dos programas	17	15%
<b>Total de respostas</b>	<b>114</b>	<b>100%</b>
<b>Fórum de Aprendizagem Sul-Sul (17 a 21 de março de 2014, Rio de Janeiro/RJ)</b>		
Cadastro Único	62	47%
Condicionalidades do PBF	29	22%
Coordenação federativa	20	15%
<b>Total de respostas</b>	<b>132</b>	<b>100%</b>
<b>IX Seminário Internacional Políticas Sociais para o Desenvolvimento (31/03 a 01/04, Brasília/DF)</b>		
Cadastro Único	8	21%
Coordenação federativa em políticas sociais	7	18%
Bolsa Família – condicionalidades	7	18%
<b>Total de respostas</b>	<b>39</b>	<b>100%</b>

Fonte: SAGI

#### 4.2.1 *Objetivos e público-alvo do WWP*

O WWP tem o objetivo de prospectar, documentar e divulgar conhecimento sobre tecnologias sociais de gestão, desenho e implementação de políticas e programas sociais. Portanto, a documentação da experiência nesses programas e políticas é um fator imprescindível para que a plataforma seja bem-sucedida.

E com isso, a iniciativa busca o aperfeiçoamento da gestão de políticas sociais e estruturação de sistemas de proteção social mais inclusivo, contribuindo assim para um crescente padrão de bem-estar social em todo o mundo.

Na entrevista concedida pela SAGI com o Analista de Políticas Sociais da SAGI/MDS Daniel Plech Garcia e a socióloga (consultora da SAGI em 2014 para elaboração de documentação sobre o Cadastro Único) Fernanda Pereira de Paula, para a autora deste trabalho, foi apresentado também o objetivo do Banco Mundial de erradicação da pobreza mundial até o ano de 2030 que prospectou no WWP uma maneira de alcançar tal meta. Portanto, de maneira indireta e não-oficial, um dos objetivos da plataforma é também contribuir para erradicação da pobreza extrema no mundo até 2030, lançada pelo Banco Mundial.

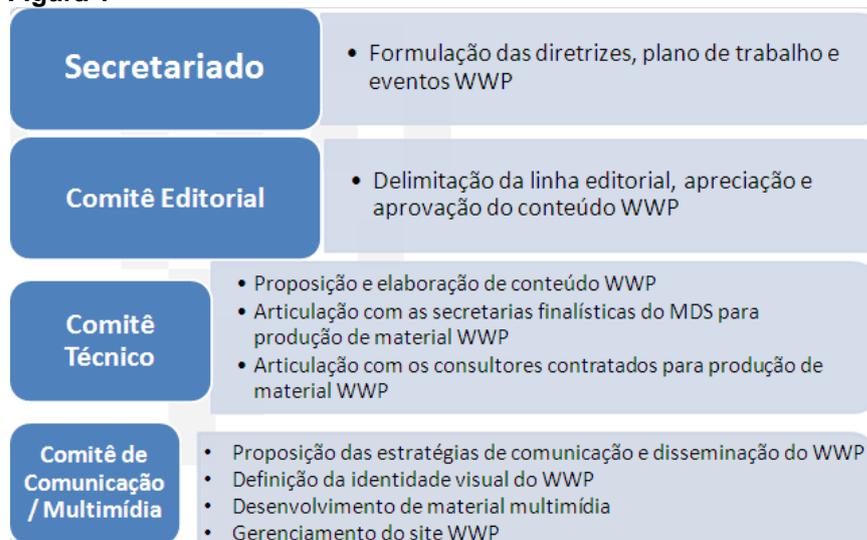
O WWP busca alcançar como público alvo da plataforma técnicos e gestores responsáveis pela implementação gestão de Programas de Desenvolvimento Social, Inclusão Produtiva e Superação da Extrema Pobreza no Brasil e nos demais países; técnicos de organizações internacionais; comunidade acadêmica nacional e internacional; jornalistas especializados em temática social; e sociedade em geral.

Relatos da *Communicate Associate* para o WWP, indicam que ao contrário do esperado, há um grande acesso da plataforma por países desenvolvidos, como por exemplo, Estados Unidos e Itália. Tal informação nos leva a questionar os motivos para que isso ocorra. Uma possibilidade é a procura por parte dos Estados Unidos, ser em virtude de uma divulgação do próprio Banco Mundial no país. Outra alternativa, meramente especulativa, é o grau de complexidade e inovação que os modelos de gestão que envolvem as políticas sociais brasileiras apresentam.

#### 4.2.2 *Gestão do WWP*

A governança do WWP é feita da forma que está representada na figura a seguir:

Figura 1



Fonte: SAGI

A gestão do WWP é feita a partir de uma estrutura matricial e não existe hierarquia em sua administração. Todos os documentos que são produzidos pelo comitê técnico têm que necessariamente autorizados pelo comitê editorial de cada um dos parceiros envolvidos na iniciativa.

Por se tratar de um modelo de redes, atende aos objetivos de todos os parceiros, e ao objetivo maior ilustrado anteriormente na parte dos objetivos da iniciativa. Isso demonstra que todos os envolvidos ganham com a parceria. E cada um dos comitês conta com a participação de pelo menos um representante de cada parceiro.

O comitê técnico da iniciativa captura os documentos disponíveis em cada um das secretarias finalísticas do MDS e os transforma em um material de fácil entendimento, que é elaborado de forma mais técnica e generalizada, para atender as expectativas e dúvidas dos que procuram os materiais na plataforma. Na entrevista, a consultora Fernanda de Paula expôs que as comissões que procuram o MDS querem saber como funciona determinado programa para que possam aplicar na sua própria realidade.

Isso demonstra que é fundamental a participação do MDS nessa plataforma. É através da sua experiência com programas sociais que possibilita a viabilização de materiais na plataforma.

### 4.2.3 Importância da documentação

Os materiais, “produtos” como são chamados dentro da iniciativa, são a forma de disseminar o conhecimento através da plataforma. Dessa forma, são disponibilizados no site do WWP *newsletters*; fichas resumidas e detalhadas; vídeos e infográficos; e estudos aprofundados sobre os programas de desenvolvimento.

Os produtos disponibilizados pela plataforma são resultado da própria experiência brasileira com os programas sociais. Porém, nem todas as fases, decisões dos programas são documentados, alguns aspectos estão registrados apenas na vivência dos atores envolvidos no processo. Dessa forma a falta de documentação tende a enfraquecer os programas pela falta de acesso a alguns processos vividos.

E a documentação é o meio mais importante para se fazer avaliações, principalmente externas. Um programa que possui um registro completo facilita a transparência e também o processo de transformação que visa aprimorar o programa, que, remetendo ao ciclo de política pública, essa corresponderia à fase de avaliação da política. E por fim, a documentação possibilita o aproveitamento da experiência por outros técnicos e gestores interessados em aplicar o mesmo processo em sua realidade. Portanto, crucial para o WWP compartilhar a experiência brasileira. Os produtos compartilhados foram inicialmente baseados nos resultados demonstrados pela tabela 1.

O comitê técnico que é responsável pela pesquisa, adaptação, criação e coordenação da elaboração dos produtos que têm como prioridade atender as necessidades e demandas do público internacional.

Anteriormente a produção dos documentos, observou-se a necessidade de contextualizar o WWP às secretarias finalísticas do MDS. Devido ao fato da SAGI ter sido a secretaria do MDS escolhida para representar o ministério no WWP. Ademais, a maioria dos documentos que interessam o WWP são elaborados por essas secretarias, e não pela SAGI. São elas: Secretaria Nacional de Renda de Cidadania (SENARC), Secretaria Nacional de Assistência Social (SNAS), Secretaria de

Segurança Alimentar e Nutricional (SESAN), e Secretaria Extraordinária de Superação da Extrema Pobreza (SESEP).

Tendo em vista que o objetivo principal do WWP é a disseminação de conhecimentos sobre programas de desenvolvimento, as mais variadas fontes de informação são aproveitadas. Seja então através de materiais já existentes, como vídeos de capacitação, apresentações de PowerPoint, fichas técnicas elaboradas no âmbito da Unasul<sup>8</sup> e do Mercosul<sup>9</sup>, onepagers<sup>10</sup>), ou materiais inéditos como textos com noções gerais, histórico, atores responsáveis, conceitos básicos, fluxos e sistemas, linha do tempo, descrição técnica sobre como funciona o programa, vídeos, infográficos e animação. De tal forma que os parceiros do WWP permitem que as secretarias finalísticas do MDS tenham acesso a materiais formulados por outras organizações, para uma avaliação e aquisição de novas informações.

Ademais, devido o funcionamento no formato de rede de colaboração interinstitucional, materiais já existentes nas secretarias finalísticas recebem outro aspecto sendo traduzidos para o inglês e para o espanhol. Por exemplo, as delegações estrangeiras recorrentemente solicitavam o questionário do Cadastro Único, e em julho de 2014 este foi traduzido e disponibilizado no site.

Após revelar as circunstâncias para as secretarias finalísticas do MDS, o comitê técnico passa a interagir diretamente com as secretarias a fim de definir a abordagem mais adequada dos produtos para o público-alvo focando na circunstância, delimitando se é de caráter introdutório ou profundo; escolher qual produto é essencial para a demanda; abordar o material já existente e definir se é necessário algum ajuste na forma; e reproduzir a demanda por novos materiais.

Em seguida é a fase de adaptação, atualização e reprodução dos materiais que tornarão produtos da plataforma. Essa fase geralmente é feita pela própria

---

<sup>8</sup> União das Nações Sul-Americanas

<sup>9</sup> Mercado Comum do Sul

<sup>10</sup> *Onepager* em português “uma página” refere-se às publicações do IPC-IG do PNUD

secretaria finalística, com o apoio mediante sugestões de abordagens feitas pelo Comitê Técnico e caso necessário, pelo Comitê Editorial.

De acordo com a gestão do WWP, a secretaria finalística pode aceitar ou não o conselho a respeito do material. Por outro lado, o Comitê Editorial é a autoridade máxima e caso não seja aprovado por todos os membros, o produto não será publicado:

Além do mais, através da comunicação estabelecida entre o Comitê Técnico e as secretarias finalísticas, é possível requisitar um consultor especializado para formular materiais referentes a programas sociais que demandem uma análise profunda. Além disso, replicar as macroestruturas com o fim de servirem de referência para gestores subnacionais e internacionais; fomentar a discussão acadêmica e jornalística a respeito dos programas brasileiros de desenvolvimento; além de ampliar a documentação das políticas sociais brasileiras com a finalidade de aprimorá-las.

#### *4.2.4 Perspectivas e desafios da WWP*

Uma das perspectivas mencionada pelos entrevistados pela autora é de prospectar outras políticas sociais brasileiras através da plataforma. Tal desejo remete ao fato de o Programa Bolsa Família muitas vezes se apresentar como o programa mais importante no cenário de políticas do Brasil. O objetivo dessa pontuação não é diminuir a importância do PBF, mas sim destacar que existem outros programas muito bem sucedidos e que fazem muita diferença na melhora da realidade de muitos brasileiros.

Outra perspectiva apresentada pelos entrevistados, que também se encaixa como um desafio é tornar a plataforma mais dinâmica e interativa. Segundo os entrevistados, a plataforma ainda se encontra um pouco estática em relação às expectativas sobre ela.

E como exposto, o principal desafio da Iniciativa é manter constante a articulação e cooperação entre os parceiros. Considerando que entre os quatro parceiros, dois fazem parte da estrutura pública governamental (o MDS é um órgão

público do Governo Federal e o IPEA é uma autarquia vinculada à Secretaria de Assuntos Estratégicos da Presidência da República), e os outros dois são organizações internacionais (Banco Mundial e IPC).

## 5 CONCLUSÕES

O trabalho que se conclui baseou-se nos esforços de entender a plataforma de aprendizado WWP através de um retorno no tempo. Voltou-se até o início do século passado para ir de encontro com o nascimento do que hoje identificamos como políticas públicas. Deparamos com a criação do Estado de bem-estar social por parte dos países industrialmente desenvolvidos, que usaram esse modelo para recriar uma situação favorável aos seus cidadãos em meio às conseqüências de um mercado liberal. Quando nos voltamos para o contexto dos países em desenvolvimento defrontamo-nos com a tentativa por parte dessas nações de crescer industrialmente. Engatinhando de uma sociedade agro-exportadora para uma realidade urbana e industrial.

Então podemos ter nossas primeiras percepções. Apesar desses países acima citados estarem imersos no capitalismo, não dispunham dos mesmos meios para se desenvolverem. Enquanto países industrializados solidificavam suas bases sociais; países em desenvolvimento estavam um passo atrás ainda tentando se industrializar, e construir infra-estrutura adequada para seguirem se desenvolvendo.

Tais fatos contaram, e ainda contam com conseqüências de grandes dimensões. São milhões de pessoas que sofrem com as altas taxas de desigualdade de renda; com a falta de meios básicos para sobrevivência, como o acesso à saúde, alimentação, educação e emprego. Notamos então, o esforço do Estado para remediar tais fatos. Fazendo isso através de políticas de transferência de renda em conjunto com outros programas sociais, na tentativa de englobar todas as necessidades de seus cidadãos.

A experiência brasileira se fez (está se fazendo) notar por diversos países do mundo. A explicação para isso decorre de um modelo moderno e complexo. Moderno por não haver outros como este na sua história passada; e também por contar com meios tecnológicos para fazê-lo – temos uma enorme base de dados feita através do Cadastro Único, que só é possível com o amparo tecnológico – Além disso, dispõe de um aparato institucional complexo e completo. Envolvendo todos os níveis (Federal, estadual e municipal), onde se concede autonomia para

implementar os programas, ao mesmo tempo que se confluí através do controle de seu funcionamento e de suas avaliações feitas principalmente pelo MDS.

Esse modelo que possibilitou a construção de uma plataforma de aprendizado para disseminar essa experiência. Por ser ainda muito recente necessita de reformulações e se depara com a dificuldade de articulação entre os parceiros. Além disso, busca uma forma de alcançar seu principal foco, que são os países que compartilham da mesma ou parecida realidade brasileira. Mas ao mesmo tempo aparenta ser muito promissora por usar a internet como seu principal meio de divulgação da experiência brasileira. E por se apresentar, possivelmente, como um novo meio de cooperação técnica entre países.

Salienta-se então a importância da atuação do Estado juntamente com instituições, participação popular, todos esses importantes atores na formulação de políticas sociais e com capacidade através do conhecimento, de inovação e modificação da realidade.

## 6 REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

GOLDSMITH, Stephen; EGGERS, William D.. **Governar em rede: o novo formato do setor público**. Brasília: Fundação Editora da Unesp (FEU), 2011.

HEIDEMANN, Francisco G.; SALM, José Francisco. **Políticas públicas e desenvolvimento: bases epistemológicas e modelos de análise**. Brasília: Editora Universidade de Brasília.

GODOY, Arilda Schmidt. Pesquisa qualitativa: tipos fundamentais. **Revista de administração de empresas**. São Paulo, v. 35, n. 3, p. 20-29, 1995.

CASTELLS, Manuel. A rede e o ser. In: **A sociedade em rede**. Paz e terra, 1999, 639 p.

FURTADO, Celso. Entrevista com o professor Celso Furtado. **O debate sobre desenvolvimento no CDES**. Brasília: Secretaria do Conselho de Desenvolvimento Econômico e Social, 2010, 4 p.

CAMPELLO, Tereza; NÊRI, Marcelo Cortês. **Programa Bolsa Família: uma década de inclusão e cidadania**. Brasília: Instituto de pesquisa econômica aplicada, 2013.

PEREIRA, Luiz Carlos Bresser. O caráter cíclico da intervenção estatal. **Revista de economia política**. São Paulo: v. 9, n. 3, p. 115-130, 1989.

RUA, Maria das Graças. Análise de Políticas Públicas: Conceitos básicos. In: **O estudo da política: tópicos selecionados**. Brasília: Editora Brasília: paralelo 15, 1998.

PEREIRA, Potyara A. P. Trajetória da política social: das velhas leis dos pobres ao *Welfare State*. In: **Política social: temas e questões**. São Paulo: Cortez Editora, 2008, 214 p.

GIL, Antônio Carlos. **Pesquisa Social**. São Paulo: Editora Atlas, 2008.

SAMPAIO, Arlete. As políticas de desenvolvimento social no Brasil. In: **Políticas sociais para o desenvolvimento: superar a pobreza e promover a inclusão**. Brasília: Ministério do desenvolvimento social e combate à fome, UNESCO, 2010, 360 p.

GARCIA, Daniel; DE PAULA, Fernanda Pereira; CORTIZO, Roberta P. M. Documentação de programas e ferramentas sociais na SAGI: a experiência do cadastro único. **Revista brasileira de monitoramento e avaliação**. Brasília: n. 7, p. 124-142, 2014.

CARDOSO JR., Celso. Planejamento governamental e gestão pública no Brasil: elementos para ressignificar o debate e capacitar o estado. In: **Estado, instituições e democracia: desenvolvimento**. Brasília: Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada, 2010, 681 p.

BRESSER-PEREIRA, Luiz Carlos. **Desenvolvimento e crise no Brasil: 1930-1967**. Rio de Janeiro: Jahar editora, 1968, 214 p.

BAQUERO, Jairo. *Brasil y África Subsahariana: cooperación en el sur global y nuevas demandas postcoloniales*. In: **Africa y la cooperación com el sur desde el sur**. África: Catarata, 2011, p. 133-175

LORENZO, Marina Carvalo de. Os desafios para a difusão do programa bolsa família por meio da cooperação internacional. In: **Programa bolsa família: uma década de inclusão e cidadania**. Brasília: Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada, 2013, p. 397-416

REZENDE, Fernando. Instituições e desenvolvimento no contexto brasileiro: auge, declínio e caminhos para a reconstrução do planejamento no Brasil. In: **Estado,**

**instituições e democracia: desenvolvimento.** Brasília: Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada, 2010, p. 121-160